

---

***ATU12 Arrendatária  
Portuária SPE S.A.  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e acionistas  
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de abril de 2024

*Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by  
Atestado por PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 252887896  
CPF: 252887896  
DataHora do Assinatura: 30 April 2024 11:42 BRT  
© ICP-Brasil. OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
C-ER  
Empresário: AC SERASA RFB v5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes  
Contadora CRC 1SP222241/O-0

# **ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**

***Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”) em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023***

## Índice

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras .....	8

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Balancos patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*



	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	198	1.971	Fornecedores	11	9.637	5.267
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	24.114	584	Empréstimos e financiamentos	12	307	-
Contas a receber	7	11.118	8.992	Obrigações sociais e trabalhistas	15	3.393	811
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.3	1.645	409	Obrigações com o poder concedente	13	29.979	15.156
Despesas antecipadas		1.213	1.191	Tributos a recolher	14	2.712	1.222
Adiantamentos a terceiros	8	56.180	4.332	Outras contas a pagar	18.1	3.068	3.362
Outros créditos	18.1	8.534	4.371	<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>49.096</b>	<b>25.818</b>
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>103.002</b>	<b>21.850</b>				
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Depósitos judiciais	16	-	2.933	Empréstimos e financiamentos	12	145.098	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	3.176	1.504	Obrigações com poder concedente	13	341.376	363.751
Partes relacionadas	18.1	15.500	-	Obrigações sociais e trabalhistas	15	271	-
Imobilizado	9	10.137	2.839	<b>Total Passivo não Circulante</b>		<b>486.745</b>	<b>363.751</b>
Intangível	10	447.432	406.514				
<b>Total Ativo Não Circulante</b>		<b>476.245</b>	<b>413.790</b>	<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
				Capital social	19	48.991	48.991
				Prejuízo acumulado		(5.585)	(2.920)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>43.406</b>	<b>46.071</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>579.247</b>	<b>435.640</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>579.247</b>	<b>435.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*



	Notas	2023	2022
<b>Receita líquida de prestação de serviços e construção</b>	20	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>
Custo com prestação de serviços e construção	21	(113.169)	(51.872)
<b>Lucro bruto</b>		<b>35.914</b>	<b>15.379</b>
Despesas administrativas	21	(18.737)	(6.976)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	21	56	(2.659)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(4)	-
<b>Total dos Gastos operacionais</b>		<b>(18.685)</b>	<b>(9.635)</b>
<b>Lucros antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>17.229</b>	<b>5.744</b>
Receitas financeiras	22	6.088	1.352
Despesas financeiras	22	(26.251)	(11.484)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(20.163)</b>	<b>(10.132)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(2.934)</b>	<b>(4.388)</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.3	1.672	1.492
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.672</b>	<b>1.492</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(1.262)</b>	<b>(2.896)</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Demonstrações dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*



	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(2.896)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultados Abrangentes do exercício</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(2.896)</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*



	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(2.896)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultados Abrangentes do exercício</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(2.896)</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
*(Em milhares de reais)*



Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>7.399</b>	<b>(24)</b>	<b>7.375</b>
Integralização de capital	19	41.592		41.592
Prejuízo do exercício		-	(2.896)	(2.896)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>48.991</b>	<b>(2.920)</b>	<b>46.071</b>
Prejuízo do exercício		-	(1.262)	(1.262)
Juros sobre capital próprio		-	(1.403)	(1.403)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2023</b>		<b>48.991</b>	<b>(5.585)</b>	<b>43.406</b>

## Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Notas	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	17.3	(2.934)	(4.388)
<b>Ajuste para:</b>			
Depreciação e amortização	21	12.670	3.652
Provisões para perdas de créditos de liquidação duvidosa	21	(56)	2.659
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento direito de uso	12 e 13	24.052	11.310
		<b>33.732</b>	<b>13.233</b>
<b>Varição de ativo e passivo:</b>			
Contas a receber	7	(2.070)	(11.651)
Depósitos Judiciais	16	2.933	(2.933)
Fornecedores	11	4.370	5.253
Adiantamento de terceiros	8	(51.848)	(4.332)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		4.072	1.782
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(44)	(3.430)
		<b>(42.587)</b>	<b>(15.311)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(1.236)	(369)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e direito de exploração	22	(22.074)	(176)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(32.165)</b>	<b>(2.623)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao ativo imobilizado	9	(12.516)	(5.304)
Adições ao ativo intangível	10	(48.371)	(20.627)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(23.530)	1.487
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(84.417)</b>	<b>(24.444)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	145.071	-
Aumento de capital	19	-	41.592
Amortização de empréstimos e financiamentos e direito de exploração	12	(9.196)	(12.654)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(1.403)	-
Partes relacionadas - recebimentos	18	(19.663)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>114.809</b>	<b>28.938</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.773)</b>	<b>1.871</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	5	1.971	100
No final do exercício	5	198	1.971
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.773)</b>	<b>1.871</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**31 de dezembro de 2023**  
*(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*



## 1. Informações gerais

A ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A. (“ATU12” ou “Companhia”) é uma Companhia com propósito específico e Companhia anônima, com sede no município de Candeias – Bahia, que tem como atividades preponderantes a de um terminal portuário localizado no Porto Organizado de Aratu-Candeias/BA, dedicado à movimentação de granéis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos, onde a CS Brasil Transportes (“CS Brasil”) detinha 100% das ações. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasil Transportes vendeu a totalidade de sua participação para a CS Infra S.A, passando essa a ser a controladora. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”), detentora de 100% das ações da CS Infra.

No dia 08 de junho de 2022, a Companhia assinou termo de posse das instalações do terminal e deu início as operações de atividades portuárias previstas em contrato, conforme nota explicativa 1.1

### 1.1 Contrato de concessão

O Porto de Aratu-Candeias está localizado na enseada de Caboto, próximo à entrada do Canal Cotegipe, região nordeste da Baía de Todos os Santos, no município de Candeias – BA (cerca de 50 km de Salvador). O porto abrange e influencia toda a região dos Estados de Sergipe, Alagoas, região oeste de Pernambuco e leste de Minas Gerais.

Sua estrutura conta com quatro terminais para a movimentação de granéis sólidos, produtos líquidos e gasosos. Isso permite que o Porto de Aratu-Candeias opere com grande variedade de produtos, entre eles: minérios de ferro, manganês e cobre, ureia, fertilizantes, nafta, propano e concentrado de cobre.

O prazo da concessão é de 25 anos iniciando-se na assinatura do Termos de assunção em 08.06.2022 (nota 1.2), a receita é mensurada com base em contratos firmados diretamente com clientes privados, quando da efetiva prestação das atividades pela Companhia, para atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês, coque de petróleo e magnesita.

Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atracação e expedição terrestre, armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias, movimentação no armazém e transferência de desembarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades:

- Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário;
- Expedição terrestre da carga, conferência de documentos e processamento de informações na saída do Arrendamento;
- Pesagens, exceto as requisitadas pelo dono da carga;
- Utilização do sistema de correias transportadoras;
- Desembarque da carga (a partir do navio);
- Atracação;
- Armazenagem da carga por período mínimo de 20 (vinte) dias;
- Atendimento a eventuais solicitações de Autoridades para inspeção da carga; e
- Movimentação interna da carga realizada por iniciativa do operador ou motivada por Autoridades durante o período de armazenagem.

Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas a magnesita têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atracação e embarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades:

- Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário;
- Atracação;
- Conferência de documentos e processamento de informações na saída do arrendamento;
- Utilização do sistema de correias transportadoras;
- Embarque da carga; e
- Atendimento a eventuais solicitações de autoridades para inspeção da carga.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 1.2 Licenças e autorizações

Em 18 de dezembro de 2020, a antiga controladora CS Brasil Transportes venceu o processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de terminal portuário no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominado ATU12 realizados pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. O contrato tem vigência de 25 anos a partir da assinatura do termo de posse e outorga total de R\$ 10 milhões.

Em 09 de março de 2021, foi oficialmente homologada a concessão do terminal portuário ATU 12, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pela ANTAQ.

Em 26 de abril de 2021, foi efetuado o pagamento da primeira parcela da outorga, no montante total de R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), em continuidade do leilão das concessões portuárias ATU 12, homologado em março.

Em 16 de março de 2022 a Companhia requereu ao IBAMA a Licença de Operação para Operações Portuárias de Granéis Sólidos, localizada na cidade de Candeias, estado da Bahia, na Vila Matoim S/N. Prédio ADM TGSII, Sala 1, Bairro Distrito Industrial, CEP 43.813-000. A licença foi concedida em 18 de maio de 2022.

Em 15 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, órgão do Governo do Estado da Bahia, a Licença definitiva de Operação do Galpão de armazenamento de Graneis Sólidos, com vigência até 15 de outubro de 2027.

## 1.3 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia

Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades.

A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos nos custos relacionados a atividade econômica da Companhia.

## 1.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 mantém Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios.

O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa (“GEE”), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* (“SLB”) do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país.

O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora).

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo:

- Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável.

O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da ATU 12.

## 1.5 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras e práticas contábeis materiais

### 2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (Nota 2.12) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

## **2.5 Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

## **2.6 Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Quando relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo de concessão.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

## **2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, pela Companhia contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

## **2.8 Provisões gerais**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## **2.9 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

## **2.10 Contratos de concessão**

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias e contrato de concessão rodoviária em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A Companhia amortiza os contratos de concessão pelo prazo das respectivas concessões, na rubrica de “Custo de venda e prestação de serviço”.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual

### **2.10.1 Direito de outorga**

Existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPE ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceria a concorrência quem apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior valor de outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que a SPE tenha o direito de utilização dos ativos citados no contrato de concessão ao longo do prazo determinado e são contabilizados na rubrica de intangível em contrapartida de obrigações com o poder concedente e amortizados pelo mesmo prazo.

### **2.10.2 Direito de exploração**

O direito de exploração foi registrado ao valor justo no ativo intangível em contrapartida de obrigações com o poder concedente, que corresponde ao fluxo projetado de pagamentos por todo o prazo do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa 13, utilizando como taxa de desconto o custo de captação de dívidas de sua controladora no momento da assinatura do contrato de concessão.

## **2.11 Reconhecimento de receitas**

### **2.11.1 Reconhecimento de contrato de clientes – Receita de serviços de carga e descarga portuária e armazenagem alfandegada**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Serviços de carga e descarga de navios são realizados a partir do atracamento no terminal e são cobrados mediante a medição de tonelagem dos materiais movimentados. As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial.

Serviços de armazenagem alfandegada são realizados a partir da armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e movimentação no armazém, sendo medido pela quantidade de dias a partir do período mínimo. As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial.

### **2.11.2 Receitas de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os Parâmetros do Arrendamento. Conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

A Administração da Companhia entende que os custos só existem em função das obras no Terminal Portuário os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

## **2.12 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2023, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e

- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): quando os ativos e passivos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios, e neste caso todos os ativos e passivos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo e passivo financeiro são mensurados ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

### **2.13 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, onde é efetuada a mensuração de uma provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



estimado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia registrou redução ao valor recuperável de recebíveis conforme demonstrado na nota explicativa 7.2.

### 3 **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) **Contabilização do contrato de concessão**

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Companhia entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### b) **Reconhecimento de ativo intangível**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

### 4 **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023.:

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.
- **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- **Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023).

#### 4.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements – SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs;
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
  - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs;
  - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e
  - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos	17	7
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>17</b>	<b>7</b>
CDB - Certificado de depósitos bancários	181	1.964
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>181</b>	<b>1.964</b>
<b>Total</b>	<b>198</b>	<b>1.971</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,71 % a.a. (14,91 % a.a. em 31 de dezembro de 2022).

## 6 Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	2023	2022
<b>Títulos públicos - Fundos exclusivos</b>		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	1	253
LTN - Letras do Tesouro Nacional	20.812	331
Cotas de fundos	3.301	-
<b>Total</b>	<b>24.114</b>	<b>584</b>

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio foi equivalente a 13,32% a.a. (13,87% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 7 Contas a Receber

	2023	2022
Clientes	13.563	6.897
Receitas a faturar	158	4.754
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(2.603)	(2.659)
<b>Total</b>	<b>11.118</b>	<b>8.992</b>

### 7.1 Aging List

	2023			2022				
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Contas a receber líquido	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Contas a receber líquido
<b>Total a vencer</b>	<b>459</b>	-		<b>459</b>	<b>2.809</b>	-		<b>2.809</b>
Vencidos até 30 dias	5.887	-	-	5.887	3.622	-	-	3.622
Vencidos de 31 a 90 dias	9	-	-	9	5.220	(2.659)	50,94	2.561
Vencidos de 91 a 180 dias	76	-	-	76	-	-	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	2.124	(467)	22	1.657	-	-	-	-
Vencidos acima de 365 dias	5.166	(2.134)	41,34	3.030	-	-	-	-
<b>Total vencidos</b>	<b>13.262</b>	<b>(2.603)</b>	<b>19,63</b>	<b>10.659</b>	<b>8.842</b>	<b>(2.659)</b>	<b>30,07</b>	<b>6.183</b>
<b>Total</b>	<b>13.721</b>	<b>(2.603)</b>	<b>18,97</b>	<b>11.118</b>	<b>11.651</b>	<b>(2.659)</b>	<b>22,82</b>	<b>8.992</b>

### 7.2 Movimentação PCLD

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-
(-) adições (i)	(2.659)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.659)</b>
(+) reversões	56
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(2.603)</b>

(i) Provisão constituída em face da Recuperação Judicial distribuída pelo cliente Paranapanema S.A em 30/11/2022.

## 8 Adiantamento a terceiros

	2023	2022
Adiantamento a serviços engenharia (i)	56.129	4.322
Adiantamento a Funcionário	51	10
<b>Total</b>	<b>56.180</b>	<b>4.332</b>

(i) referente na construção e manutenção do Porto de Aratu-Candeias (Zortea R\$25.950; Kepler R\$15.486; AXOXO R\$4.058; Alta 4 R\$3.200; CS Metalúrgica R\$3.100 e outros R\$8.393)

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 9 Imobilizado

A movimentação para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (i)	Total
<b>Custo</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	-	-	-	<b>1.379</b>	<b>1.379</b>
Adições	3	2.190	-	117	668	2.326	5.304
Transferências	-	-	3.705	-	-	(3.705)	-
Baixa de ativos e outros (ii)	-	-	(3.705)	-	-	-	(3.705)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3</b>	<b>2.190</b>	<b>-</b>	<b>117</b>	<b>668</b>	<b>-</b>	<b>2.978</b>
Adições	172	2.047	-	202	1.099	8.996	12.516
Transferências	-	-	4.293	-	-	(4.293)	-
Baixa de ativos e outros (ii)	(175)	-	(4.293)	-	-	-	(4.468)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>4.237</b>	<b>-</b>	<b>319</b>	<b>1.767</b>	<b>4.703</b>	<b>11.026</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	-	(133)	-	(6)	-	-	(139)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>(133)</b>	-	<b>(6)</b>	-	-	<b>(139)</b>
Despesa de depreciação no período	-	(370)	(263)	(48)	(69)	-	(750)
Transferências	-	-	263	-	-	(263)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>(503)</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>(69)</b>	<b>(263)</b>	<b>(889)</b>
<b>Saldos líquidos:</b>							
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3</b>	<b>2.057</b>	<b>-</b>	<b>111</b>	<b>668</b>	<b>-</b>	<b>2.839</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>3.734</b>	<b>-</b>	<b>265</b>	<b>1.698</b>	<b>4.440</b>	<b>10.137</b>
<b>Taxa média de depreciação (%) - no período:</b>							
Veículos leves	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,29%	14,18%	-	-	-	-	-
Outros	-	-	9,90%	20,00%	10,00%	-	-

(i) O saldo refere-se à construção dos portos com as ativações a ocorrer a depender das fases estipuladas no contrato de concessão.

(ii) Baixa realizada devido a transferência para o ativo intangível, por se tratar de bem reversível ao Poder Concedente ao fim do contrato de concessão.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 10 Intangível

A movimentação para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (ii)	Software de terceiros	Total
<b>Custo</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>5.268</b>	-	<b>5.268</b>
Adições	-	404.696	63	404.759
Transferências	409.964	(409.964)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>409.964</b>	-	<b>63</b>	<b>410.027</b>
Adições	52.554	-	285	52.839
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>462.518</b>	-	<b>348</b>	<b>462.866</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	-	-
Despesas de amortização no período	(3.513)	-	-	(3.513)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.513)</b>	-	-	<b>(3.513)</b>
Despesas de amortização no período	(11.886)	-	(34)	(11.920)
Baixas	-	-	(1)	(1)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(15.399)</b>	-	<b>(35)</b>	<b>(15.434)</b>
<b>Saldos líquidos:</b>				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>406.451</b>	-	<b>63</b>	<b>406.514</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>447.119</b>	-	<b>313</b>	<b>447.432</b>
<b>Taxa média de amortização (%) - no período:</b>	<b>4%</b>	-	<b>20%</b>	

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura do Porto.

(ii) Refere-se a obras, serviços de melhoria e obrigações com poder concedente até o momento de início de operação.

## 11 Fornecedores

	2023	2022
Veículos, máquinas e equipamentos	452	1.238
Partes relacionadas (nota 17.1)	1.048	490
Material de estoque	1.399	96
Serviços contratados	5.145	2.207
Peças e manutenção	1.193	412
Outros	400	824
<b>Total</b>	<b>9.637</b>	<b>5.267</b>

## 12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2023			Movimentação			2022	
				Circulante	Não circulante	Total	Novos Contratos	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	total
<b>Em moeda nacional</b>											
FNE   12 (i)	8%	IPCA + 2,76%	15/03/2042	307	145.098	145.405	145.071	(3.966)	4.300	-	-

(i) O contrato de empréstimos e financiamento junto ao FNE é garantido através de fiança com o Banco BTG (R\$145.048) ao IPCA + 2,76

### 13 Obrigações com o Poder Concedente

Conforme previsto em contrato, a Companhia deve pagar ao Poder Concedente os seguintes valores:

- (i) A título de outorga, o pagamento de R\$10.000 conforme Edital de Concessão. 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais a partir de 2023. No exercício de 2023 foram efetuados pagamentos no total R\$27.304, ajustados pelo IPCA;
- (ii) A título de valor do arrendamento fixo, pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa da área do arrendamento, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal pago a título de arrendamento fixo é de R\$2.344 (dois mil, trezentos e quarenta quatro mil reais), ajustados pelo IPCA;
- (iii) R\$9,75 (doze reais e quarente e oito centavos) por tonelada de qualquer carga movimentada, a título de valor do arrendamento variável; pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA conforme contrato;
- (iv) a Companhia deverá pagar à autoridade portuária cinco parcelas de R\$1.500 a título de valor da outorga, correspondente à diferença entre o valor da oferta realizada no leilão do presente arrendamento e o valor já pago pela Companhia vencedora como obrigação prévia à celebração do contrato, sendo pagas anualmente com a primeira parcela a ser paga em até 10 (dez) dias após o término do 12.º (décimo segundo) mês contado da data de assunção; e as demais serão pagas a cada 12 (doze) meses, devendo ser reajustado pelo IPCA acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de pagamento de cada parcela anual (nota 13 (ii)).

O valor do arrendamento previsto no item (i) será pago pela Companhia à Autoridade Portuária, a partir da data da assunção até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

O valor do arrendamento variável previsto no item (ii) será pago mensalmente pela Companhia à Autoridade Portuária, com base na movimentação mensal de todas as cargas, a partir do início das atividades até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

- (a) A partir do início das atividades, conforme detalhado na nota explicativa 1, ao fim de cada período de 1 (um) ano ou seja, a partir de junho de 2023, caso a movimentação efetivamente contabilizada seja inferior à movimentação mínima exigida, a arrendatária deverá pagar à Autoridade Portuária o valor do arrendamento variável, tomando por base o valor em reais por tonelada indicada no item (ii) multiplicado pela diferença entre a movimentação mínima exigida (demonstrada na tabela abaixo) e a movimentação efetivamente contabilizada no período. O pagamento deve ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do ano em referência.
- (b) Para fins de contabilização da movimentação efetivamente contabilizada prevista no subitem (a) só serão admitidas as movimentações de cargas exigidas a título de movimentação mínima exigida (conforme tabela abaixo) excluindo-se as cargas que a Companhia é autorizada a movimentar, mas que não são incluídas dentre aquelas exigidas a título de movimentação mínima exigida.

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de granel mineral (em toneladas)
Ano 1	-
Ano 2	864.602
Ano 3	864.602
Ano 4	1.111.685
Ano 5	1.186.457
Ano 6	1.233.400
Ano 7	1.281.829
Ano 8	1.331.786
Ano 9	1.345.276
Ano 10	1.358.960
Ano 11	1.372.649
Ano 12	1.386.532
Ano 13	1.400.611
Ano 14	1.414.888
Ano 15	1.429.367
Ano 16	1.443.931
Ano 17	1.458.699
Ano 18	1.473.673
Ano 19	1.488.857
Ano 20	1.504.253
Ano 21	1.518.988
Ano 22	1.533.915
Ano 23	1.549.035
Ano 24	1.564.353
Ano 25	1.579.869

A movimentação mínima exigida dos valores a pagar ao poder concedentes foi atendida durante os exercícios de 2023 e 2022 e estão demonstradas a seguir:

	Passivo arrendamento
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-
Novos contratos	373.969
Baixas	6.458
Amortização	(12.654)
Juros pagos	(176)
Juros apropriados	11.310
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>378.907</b>
Amortização	(9.196)
Juros pagos	(18.108)
Juros apropriados	19.752
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>371.355</b>
Circulante	29.979
Não circulante	341.376
<b>Total</b>	<b>371.355</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 14 Tributos a Recolher

	2023	2022
PIS e COFINS	550	462
ISS	1.339	617
Outras	628	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	195	143
<b>Total</b>	<b>2.712</b>	<b>1.222</b>

## 15 Obrigações Trabalhistas

	2023	2022
Provisão de férias	633	417
Salários	566	166
Bônus e participações nos lucros e resultados (i)	1.366	-
INSS	1.073	197
FGTS	26	31
	<b>3.664</b>	<b>811</b>
Circulante	3.393	811
Não circulante	271	-
<b>Total</b>	<b>3.664</b>	<b>811</b>

(i) Bônus (*Phantom Shares*) baseado na variação de valor (preço de mercado) das ações da Companhia e com pagamento a longo prazo.

## 16 Depósito judiciais

	2023	2022
Cíveis	-	2.933
	<b>-</b>	<b>2.933</b>

(i) Em 05/09/2022, a Companhia impetrou ação cautelar questionando os valores cobrados referente a duas notas fiscais de serviços emitidas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e, para tanto, realizou o pagamento destes valores perante juízo. Em 07/02/2023 a CODEBA efetuou o ressarcimento do valor impetrado.

## 17 Imposto de renda e contribuição social

### 17.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
<b>Imposto diferido ativo</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.402	595
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.990	
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	885	904
Outras provisões	(2.101)	
<b>Total do imposto diferido ativo</b>	<b>3.176</b>	<b>1.499</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>		
Depreciação econômica vs. fiscal	-	5
<b>Total do imposto diferido passivo</b>	<b>-</b>	<b>5</b>
<b>Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido</b>	<b>3.176</b>	<b>1.504</b>
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	3.176	1.504
<b>Total do imposto diferido passivo, líquido</b>	<b>3.176</b>	<b>1.504</b>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Movimentação
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>12</b>
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	1.492
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.504</b>
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	1.672
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.176</b>

### 17.2 Prazo estimado de Realização

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulada

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os próximos 3 (três) exercícios, conforme apresentado no fluxo abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Valores totais líquidos	-	-	3.176	-

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 17.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(2.934)</b>	<b>(4.388)</b>
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	998	1.492
Efeitos dos Juros sobre Capital Próprio - recebidos e pagos	(477)	-
Créditos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais	1.147	-
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	14	-
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>1.672</b>	<b>1.492</b>
Diferido	1.672	1.492
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>1.672</b>	<b>1.492</b>
Alíquotas efetivas	-34,00%	-34,00%

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

## 18 Partes relacionadas

### 18.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dessas transações são compostas por:

	Ativo		Passivo			
	Outros Créditos		Fornecedores (Nota 11)		Outras contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
JSL S/A	-	-	13	19	-	59
BBC Pagamentos Ltda	-	-	5	-	-	-
CS BRASIL	-	-	-	65	33	1.971
CS BRASIL Frotas S.A.	-	-	95	55	2	-
ATU 18	24.034	4.371	22	301	3.034	1.332
MOVIDA	-	-	87	-	-	-
SIMPAR S/A	-	-	419	50	-	-
CS INFRA	-	-	407	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24.034</b>	<b>4.371</b>	<b>1.048</b>	<b>490</b>	<b>3.069</b>	<b>3.362</b>
Circulante	8.534	4.371	1.048	490	3.069	3.362
Não circulante	15.500	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24.034</b>	<b>4.371</b>	<b>1.048</b>	<b>490</b>	<b>3.069</b>	<b>3.362</b>

### 18.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício/período

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de despesas operacionais para o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 de transações com partes relacionadas:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Locações e serviços prestados		Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas	
	2023	2022	2023	2022
CS BRASIL	-	-	-	(53)
ATU 18	3.283	4.238	-	1.593
JSL	-	-	(32)	(2)
MOVIDA	-	-	(267)	-
BBC PGTOS	-	-	(13)	(6)
SIMPAR	-	-	(345)	(50)
<b>Total</b>	<b>3.283</b>	<b>4.238</b>	<b>(657)</b>	<b>1.482</b>

## 19 Patrimônio líquido

### 19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.991 (R\$48.991 em 31 de dezembro de 2022), composto por 48.991.250 (48.991.250 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 100% de sua controladora CS Infra S.A.

### 19.2 Reservas de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. No entanto, a Companhia no último exercício registrou prejuízo acumulado, não havendo constituição de reserva.

### 19.3 Juros sobre o Capital Próprio

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, remunerados a taxa de TJLP sobre as contas do patrimônio líquido e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte ("IRRF"), com base na lei das S.A. nº 9.249/1995, no exercício de 2023, foram aprovados em 09.08.2023 (1.174) e 08.09.2023 (229) totalizando valor de 1.403 e respectivamente pagos em 28.08.2023 e 31.10.2023

## 20 Receita Líquida

### a) Fluxo das receitas

	2023	2022
Receita de prestação de serviços	127.330	40.214
Receita de construção	21.753	27.037
<b>Receita líquida total</b>	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>169.190</b>	<b>73.934</b>
<b>Menos:</b>		
Impostos sobre vendas	(20.107)	(6.683)
<b>Receita líquida total</b>	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



**b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento**

	2023	2022
Receita de transporte de cargas gerais	127.330	40.214
Receita com Construção	21.753	27.037
<b>Receita líquida total</b>	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>
<b>Tempo de reconhecimento de receita</b>		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	21.753	27.037
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	127.330	40.214
<b>Receita líquida total</b>	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>

## 21 Gastos por natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(5.625)	(3.280)
Depreciação e amortização	(12.670)	(3.652)
Manuseio de cargas e enlunamentos	(73.426)	(20.388)
Peças, pneus e manutenções	(2.482)	(403)
Combustíveis e lubrificantes	(7)	(9)
Comunicação, propaganda e publicidade	(92)	(96)
Prestação de serviços	(18.325)	(11.151)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	56	(2.659)
Aluguéis de imóveis	(74)	(33)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(128)	(45)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	5.035	1.408
Materiais de construção	(21.753)	(17.575)
Impostos e taxas	(1.494)	-
Outros custos	(869)	(3.624)
	<b>(131.854)</b>	<b>(61.507)</b>
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(91.416)	(24.835)
Custo de construção	(21.753)	(27.037)
Despesas administrativas	(18.737)	(6.976)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	56	(2.659)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4)	-
	<b>(131.854)</b>	<b>(61.507)</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 22 Resultado financeiro

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	5.491	1.316
Juros recebidos	155	36
Outras receitas financeiras	442	-
<b>Receita financeira total</b>	<b>6.088</b>	<b>1.352</b>
<b>Despesa total do serviço da dívida</b>		
Juros passivos	(573)	(146)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(19.752)	(11.310)
Juros sobre empréstimos	(4.300)	-
Despesa com fiança bancária	(1.600)	-
Outras despesas financeiras	(26)	(25)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	-	(3)
<b>Outras despesas financeiras</b>	<b>(26.251)</b>	<b>(11.484)</b>
<b>Despesa financeira total</b>	<b>(26.251)</b>	<b>(10.132)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(20.163)</b>	<b>(10.132)</b>

## 23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### 23.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	2023		2022		Categoria	
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário)		17	17	7	7	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	181	181	1.964	1.964	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	24.114	24.114	584	584	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber		11.118	11.118	8.992	8.992	Custo amortizado
Depósitos judiciais		-	-	2.933	2.933	Custo amortizado
Outros créditos		8.534	8.532	4.371	4.371	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>43.964</b>	<b>43.964</b>	<b>18.851</b>	<b>18.851</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		9.637	9.637	5.267	5.267	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		145.405	144.585	-	-	Custo amortizado
Obrigações com o poder concedente		371.355	377.041	378.907	378.907	Custo amortizado
Outras contas a pagar		3.340	3.340	3.362	3.362	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>529.737</b>	<b>534.399</b>	<b>387.536</b>	<b>387.536</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 23.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

### a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

#### i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

<b>Rating em Escala Local "Br"</b>		
<b>Nomenclatura</b>		<b>Qualidade</b>
Br	AAA	Prime
Br	AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br	A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br	BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br	BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br	B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br	CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br	DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
<b>Valores depositados em conta corrente</b>	<b>17</b>	<b>7</b>
Br AAA	24.202	1.964
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>24.202</b>	<b>1.964</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.219</b>	<b>1.971</b>
<b>Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Br AAA	94	584
<b>Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras</b>	<b>94</b>	<b>584</b>

**b) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado.

**c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	2023 acima de 3 anos
<b><u>Passivos financeiros</u></b>					
Fornecedores	9.637	9.637	9.637	-	-
Empréstimos e financiamentos	145.405	246.213	9.648	36.320	200.245
Obrigações com poder concedente	371.355	388.898	29.979	40.444	318.475
Outras contas a pagar	3.340	3.340	3.340	-	-
<b>Total</b>	<b>529.737</b>	<b>648.088</b>	<b>52.604</b>	<b>76.764</b>	<b>518.721</b>

**ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 24 Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Beneficiário	Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO	BA	104.948	17/05/2023 a 17/05/2024
ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	SEGURO COMPREENSIVO PARA OPERADORES PORTUÁRIOS	BA	130.000	08/06/2023 a 08/06/2024

A Companhia possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Companhia suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são de R\$ 99.487 com início de vigência em 17 de maio de 2023 e fim em 17 de maio de 2024 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Companhia, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, a cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.

\*\*\*\*\*





## Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da **ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.**

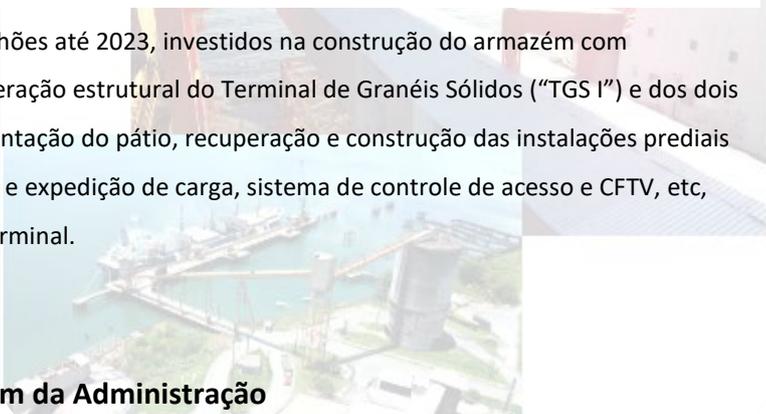
A ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A. (“**ATU 12**”), concessão portuária no Terminal de Aratu, que tem como atividade principal movimentação de granéis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos. Foi constituída 25 de março de 2021, com sede no município de Candeias, Estado da Bahia e assinou em 08 de junho de 2022, o termo de assunção das instalações do terminal, iniciando as operações. A CS Infra S.A. (“**CS Infra**”) detém 100% de participação, sendo controlada indireta da Simpar S.A (“**Grupo Simpar**”).

**Receita Líquida de carga, descarga, armazenagem e acessórias Total:** no comparativo do exercício de 2023 com 2022, obteve aumento de R\$ 87,2 milhões, ou 217%, já decorrente dos investimentos realizados nos terminais e esforços comerciais, adequando assim os espaços para a melhoria na movimentação de carga e descarga.

**Resultado Bruto:** no comparativo do ano de 2023 com 2022, houve um aumento de R\$ 20,5 milhões, ou 134%.

**Endividamento líquido total** de R\$ 179 milhões em 2023, com prazo 19 anos, financiado junto ao Banco do Nordeste, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“**FNE**”), comparado com o 2022, aumento de R\$ 171 milhões, decorrente dos investimentos realizados no período.

**O Capital Expenditure (“CAPEX”)** superou os R\$ 138 milhões até 2023, investidos na construção do armazém com capacidade estática mínima de 80.000 toneladas, recuperação estrutural do Terminal de Granéis Sólidos (“**TGS I**”) e dos dois armazéns existentes, tratamento de efluentes e pavimentação do pátio, recuperação e construção das instalações prediais do terminal, aquisição de máquinas para movimentação e expedição de carga, sistema de controle de acesso e CFTV, etc, obtendo em setembro de 2023 o alfandegamento do Terminal.



**Mensagem da Administração**



Encerramos o exercício de 2023 com um aumento de 217% de receita líquida na prestação de serviço portuária comparado com 2022. Foram movimentadas mais de 1,4 milhão de toneladas em 2023.

A estrutura do Terminal conta hoje com a operação de fertilizantes, concentrado de cobre, manganês, enxofre e outro minérios, estando entre os 10 maiores portos de fertilizantes do Brasil, atualmente a principal carga movimentada no ATU 12.

O contrato de concessão de 25 anos, contará com o mais avançado sistema de automação, segurança e proteção ao meio ambiente, e entre os investimentos podemos destacar:

- ✓ Construção de novo armazém com capacidade estática mínima de 80.000 toneladas;
- ✓ Substituição da cobertura, piso e reforma estrutural dos armazéns existentes;
- ✓ Recuperação estrutural do TGS 1 e implantação de sistema para tratamento de efluentes líquidos do píer, incluindo drenagem;
- ✓ Dragagem de aprofundamento do berço de atracação TGS 1 Sul para profundidade de -15,0 m (DHN);
- ✓ Recuperação e construção de prédios;
- ✓ Aquisição de equipamento para descarregamento de navios, com capacidade nominal de 2.000 t/h, com dimensões para atender embarcação de projeto tipo Panamax;
- ✓ Aquisição de equipamento para empilhamento nos pátios, com capacidade nominal de 2.000 t/h, capaz de empilhar até 12,3m de altura;
- ✓ Ampliação do sistema de transporte por esteiras, de forma a interligar o novo armazém ao sistema existente;
- ✓ Implantação de sistema de despoejamento, com controle de geração de resíduos sólidos/emissões atmosféricas nas transferências entre transportadores, e sistema de limpeza de correias transportadoras;
- ✓ Instalação de balanças rodoviárias e de balanças de fluxos;
- ✓ Aquisição de novas máquinas para movimentação e expedição de carga;
- ✓ Implantação de sistema de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas.

Esse contrato de concessão faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”) do Governo Federal, e irá superar R\$ 450 milhões em investimentos, com o objetivo de gerar mais de 600 empregos com as obras de manutenção e construção e mais de 200 empregos diretos na operacionalização do Terminal.



Gostaríamos de expressar nossa gratidão pelo comprometimento e dedicação de todos os envolvidos neste projeto, nossos clientes, parceiros públicos e privados, além dos nossos colaboradores.

Nossa equipe demonstrou alto nível de profissionalismo e trabalho em equipe, com resiliência, encontrando soluções inovadoras para garantir o cumprimento das metas, demonstrando além da competência técnica o compromisso com o orçamento previsto, o que nos permitiu entregar os resultados esperados, tendo como foco a responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos.

Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência, direcionando nosso crescimento com o foco na prestação de serviço, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

**Marcos de Magalhães Tourinho**

Diretor Presidente

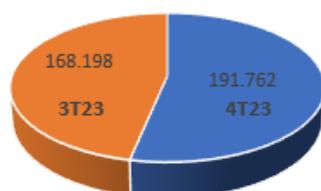
## 1. Principais destaques financeiros:

	2023	2022	▲ A/A %
<b>Receita Bruta</b>	169.190	73.934	129%
(-) Deduções da Receita	(20.107)	(6.683)	201%
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>149.083</b>	<b>67.251</b>	<b>122%</b>
Receita Líquida de Vendas e prestação de serviços	127.330	40.214	217%
Receita de construção	21.753	27.037	(20) %
<b>(-) Custos Totais</b>	<b>(113.169)</b>	<b>(51.872)</b>	<b>118%</b>
Custo de serviços prestados	(91.416)	(24.835)	268%
Custo de construção	(21.753)	(27.037)	(20) %
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>35.914</b>	<b>15.379</b>	<b>134%</b>
<i>Margem Bruta %</i>	<b>24%</b>	<b>23%</b>	
<b>(-) Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(18.684)</b>	<b>(9.636)</b>	<b>94%</b>
Despesas Administrativas e Comerciais	(18.681)	(9.636)	94%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3)	-	0%
<b>EBIT</b>	<b>17.230</b>	<b>5.743</b>	<b>200%</b>
<i>Margem EBIT</i>	<b>12%</b>	<b>9%</b>	
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	<b>14%</b>	<b>14%</b>	
<b>(+-) Resultado Financeiro</b>	<b>(20.163)</b>	<b>(10.131)</b>	<b>99%</b>
Receitas Financeiras	5.669	1.418	300%
Despesa Financeiras	(25.832)	(11.549)	124%
<b>(=) Lucro antes dos impostos</b>	<b>(2.933)</b>	<b>(4.388)</b>	<b>(33) %</b>
Impostos e contribuições correntes	-	-	0
Impostos e contribuições diferidos	1.672	1.492	12%
<b>(=) Lucro líquido</b>	<b>(1.261)</b>	<b>(2.896)</b>	<b>(56) %</b>
<i>Margem Líquida Total</i>	<b>(0,85) %</b>	<b>(4,31) %</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>(1.261)</b>	<b>(2.896)</b>	<b>(56) %</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<b>(0,85) %</b>	<b>(4,31) %</b>	<b>(80) % p.p</b>
<i>Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços</i>	<b>(0,99) %</b>	<b>(7) %</b>	<b>(86) % p.p</b>

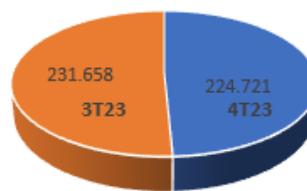
A receita líquida de prestação de serviços apresentou um aumento de R\$ 87,2 milhões, aumento de 217% no comparativo de 2023 com ano anterior. Esse crescimento já é resultado dos investimentos realizados até 2023.

Destaque para as movimentações trimestrais em tonelada:

Terminal norte - ▲% ton  
(trimestral)



Terminal sul - ▲% ton  
(trimestral)



Destaque para as receitas geradas nos Terminais Norte e Sul:

Receitas	4T23	3T23	▲ A/A %	12M23	12M22	▲ A/A %
Carga e descarga	27.886	18.446	51,18	81.634	32.998	147,39
Armazenagem	-	9.710	(100)	23.338	-	100
Acessórias	5.616	7.915	(29,05)	22.358	7.216	209,83
<b>Total receitas (liquidas - deduções)</b>	<b>33.502</b>	<b>36.071</b>		<b>127.330</b>	<b>40.214</b>	

Os **custos de serviços prestados** apresentaram um aumento de R\$66 milhões, no comparativo do exercício de 2023 com 2022, devido ao crescimento das operações.

As **despesas administrativas** apresentaram um aumento de R\$ 9 milhões no comparativo de 2023 com 2022, justificado pelos gastos com infraestrutura administrativa do terminal (locação, água, esgoto, energia elétrica, manutenção e conservação, instalações e outros).

O **resultado financeiro** apresentou um aumento nas despesas de R\$10 milhões no comparativo de 2023 com 2022, decorrentes principalmente dos juros do arrendamento fixo (outorga), juros, encargos e fianças bancárias com empréstimos e financiamentos.

## 2. Investimentos

A Companhia efetuou investimentos de mais de R\$ 110 milhões em 2023, como a construção do armazém com capacidade estática mínima de 80.000 toneladas, recuperação estrutural do Terminal de granéis sólidos (“TGS”) norte e sul, tratamento de efluentes líquidos do píer, recuperação das instalações prediais do terminal, aquisição de máquinas para movimentação e expedição de carga entre outros.

## 3. Gestão de capital

A gestão de passivos em 2023 foi de suma importância, pois a Companhia investindo nas melhorias do terminal portuário, conta com o desafio de otimizar seus gastos, no cumprimento do compromisso firmado junto ao Governo do Federal. A ATU12, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando minimizar os custos, melhores prazos e formas de pagamento que viabilizem o cumprimento do orçamento planejado.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital, mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

## 5. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.



## 6. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### Diretoria Executiva

**Fernando Antônio Quintas Alves Filho**

Diretor Presidente CS Infra

**Marcos de Magalhães Tourinho**

Diretor

**José Mauricio Guimarães Martins**

Diretor Administrativo Financeiro

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: 8C8F9857E4AD43B08437523758CC5D80

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: ATU12ARRENDAPORTUASPE23.DEZ\_vCompleta.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 45

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Moara Bueno

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

moara.bueno@pwc.com

IP Address: 208.127.84.22

**Record Tracking**

Status: Original

30 April 2024 | 18:24

Holder: Moara Bueno

moara.bueno@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

30 April 2024 | 18:42

Holder: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

**Signer Events**

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes

priscila.paschoal@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

**Signature**

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 18.231.224.7

**Timestamp**

Sent: 30 April 2024 | 18:25

Viewed: 30 April 2024 | 18:39

Signed: 30 April 2024 | 18:42

**In Person Signer Events****Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Moara Bueno

moara.bueno@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Not Offered via DocuSign

**COPIED**

Sent: 30 April 2024 | 18:42

Viewed: 30 April 2024 | 18:42

Signed: 30 April 2024 | 18:42

**Witness Events****Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 April 2024   18:25
Certified Delivered	Security Checked	30 April 2024   18:39
Signing Complete	Security Checked	30 April 2024   18:42
Completed	Security Checked	30 April 2024   18:42

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------